

Proposta para comércio

Tarciano Ricarto

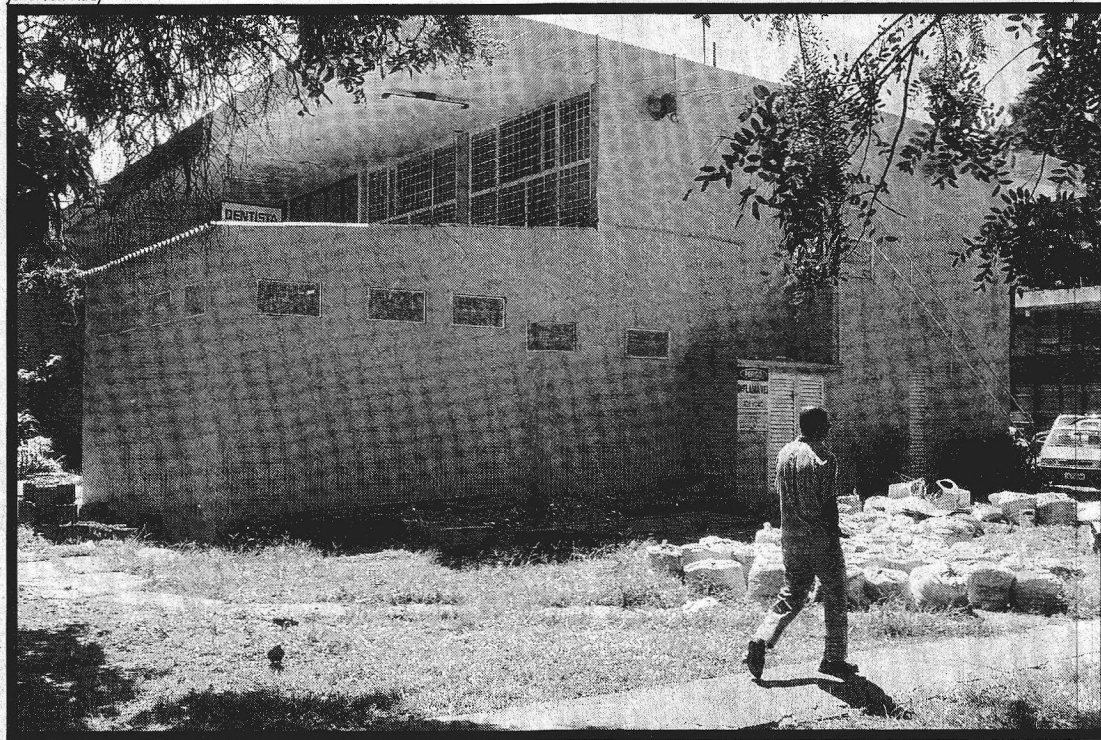
Da equipe do **Correio**

Quatro metros. Essa é a medida do bom senso para as ocupações de áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto, na avaliação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Sedur). A extensão das lojas pelas calçadas opõe comerciantes e defensores do patrimônio de Brasília e é discutida há anos. O caminho para o entendimento, construído pela própria Sedur e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), demorou mais de um ano para ficar pronto e, finalmente, está sendo apresentado à população. Trata-se de um estudo que destaca a proposta de fixar em 4 metros o avanço dos fundos das lojas em direção às quadras residenciais.

Para os técnicos, essa sugestão consegue aliar, de uma só vez, interesses que sempre foram apontados como incompatíveis. O dos comerciantes, que reivindicavam mais espaço, e o dos preservacionistas, que se negavam em mexer nas regras do tombamento. Essa proposta ainda será regulamentada pelo Iphan e deve virar projeto de lei, a ser apreciado pela Câmara Legislativa.

Um dos resultados esperados com a proposta é a padronização

Jefferson Rudy



INVASÃO EM ÁREA COMERCIAL DO PLANO PILOTO: PARA GDF, AVANÇO DE QUATRO METROS PRESERVA TOMBAMENTO

dos comércios. Na prática, os técnicos querem deixar o restaurante do senhor Alexandre Resende, na 105 Sul, com o mesmo espaço da padaria da senhora Myrian Oliveira, na 204 Sul, que por sua vez terá área igual ao do restaurante gerenciado pelo senhor Jurandir Marinho, na 206 Sul.

O dilema é que cada um deles utiliza o espaço de maneira dife-

rente. Jurandir diz que seu restaurante tem exatos 156 metros quadrados em área pública, distribuídos na lateral e nos fundos do estabelecimento. A comerciante Myrian mostra que só avançou nos fundos da loja, mas não sabe em quantos metros. "Acho que passa de quatro." Já Alexandre, que não ergueu nenhuma parede, fez uma cobertu-

ra para abrigar mesas e cadeiras.

CIDADE ENGESSADA

A proposta de fixar uma cota para o avanço das lojas agrada a Associação Comercial do DF (ACDF). "Ela é muito positiva. Foi a primeira vez que os técnicos entenderam que a cidade não pode ficar engessada e precisa se adequar às necessidades da

população", avalia o presidente da ACDF, Carlos Magno. Mas ele quer mais. "Poderia ser de seis metros", reivindica. E também reclama: "Se o governo for demolir quem não estiver no padrão, vai criar muita polêmica."

Jurandir, Alexandre e Myrian estarão, justamente, no centro dessa polêmica. "Todos terão de se adequar. Nessas áreas, por mais definitiva que uma construção possa parecer, ela é precária e irregular", argumenta Ivelise Longhi, secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação. "Nunca vamos conseguir unanimidade, mas queremos chegar a um consenso", completa.

Para a secretária, os defensores do patrimônio já fizeram sua parte, buscando uma alternativa de ampliação das lojas, sem que a proposta desvirtuasse o tombamento da cidade. "Com a ampliação de 4 metros, o cinturão verde de 20 metros das superquadras será mantido e a proporção entre largura e altura das lojas, também", garante Thays Zugliani, gerente-executiva de Brasília no Iphan.

Para Inácio de Loyola, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, é preciso cautela. "Ainda precisamos discutir que benefícios isso vai trazer aos moradores. Queremos saber o que os comerciantes podem nos dar em troca desse avanço", pondera.